

 <p>ESCOLA DE CIÊNCIAS DA SAÚDE E DA VIDA</p>	<p>PSICO</p> <p>Psico, Porto Alegre, v. 55, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2024 e-ISSN: 1980-8623 ISSN-L: 0103-5371</p>
<p>http://dx.doi.org/10.15448/1980-8623.2024.1.40873</p>	

SEÇÃO: ARTIGO

Racismo no Brasil e primeira infância: uma revisão sistemática

Racism in Brazil and early childhood: a systematic review

Racismo en Brasil y primera infancia: una revisión sistemática

Jefferson Andrade

Silva¹

orcid.org/0000-0001-5928-5141

jeffersandrade@hotmail.com

Dalila Castelliano de

Vasconcelos¹

orcid.org/0000-0002-8230-3763

dalila_bal@hotmail.com

Deborah Dornellas

Ramos¹

orcid.org/0000-0001-7865-5945

deborahdornellas@gmail.com

Recebido em: 30 abr. 2021.

Aprovado em: 30 maio. 2022.

Publicado em: 11 out. 2024.

Resumo: Esta pesquisa teve o objetivo de realizar uma revisão sistemática de artigos empíricos que articulam o fenômeno do racismo à primeira infância no Brasil. Foram utilizados os descritores "racism", "racial prejudice" e "racial discrimination" combinados com o descritor "early childhood". A busca ocorreu nas bases de dados Periódicos Capes, Web of Science, PubMed, Scielo, Lilacs, IndexPSI e Pepsic, seguindo as recomendações metodológicas do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Foram considerados artigos científicos revisados por pares, publicados no período de 2009 a 2020. Foram recuperadas 4.010 publicações, das quais apenas cinco atenderam aos critérios de elegibilidade. Os resultados revelaram que o fenômeno é pouco estudado no Brasil, o que indica que o racismo na primeira infância é marcado por uma invisibilidade social e científica.

Palavras-chave: racismo, primeira infância, Brasil, revisão sistemática

Abstract: This research had as a main goal a systematic review of empirical articles that articulate the racism phenomenon to early childhood in Brazil. The descriptors "racism", "racial prejudice", and "racial discrimination" as combined with the descriptor "early childhood" were used. The search was made by means of the databases, namely Periódicos Capes, Web of Science, PubMed, Scielo, Lilacs, IndexPSI, and Pepsic, and followed methodological recommendations by the Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyses (PRISMA). Scientific articles reviewed by peers published in the 2009-2020 period were considered. As many as 4.010 publishings were retrieved, out of which only 5 met the criterion of eligibility. Outcomes revealed that studies about such a phenomenon are scarce in Brazil, which points out that early-childhood racism is marked by a social and scientific invisibility.

Keywords: racism, early childhood, Brazil, systematic review

Resumen: Esta investigación tuvo el objetivo de hacer una revisión sistemática de artículos empíricos que articulan el fenómeno del racismo a la primera infancia en Brasil. Fueron utilizados los descriptores "racism", "racial prejudice" y "racial discrimination" combinados con el descriptor "early childhood". La búsqueda fue realizada en las bases de datos Periódicos Capes, Web of Science, PubMed, Scielo, Lilacs, IndexPSI y Pepsic y siguió las recomendaciones metodológicas del Preferred Reporting Items for Systematic reviews and Meta-Analyse (PRISMA). Fueron considerados artículos científicos revisados por pares, publicados en el período de 2009 a 2020. Fueron recuperadas 4.010 publicaciones, de las cuales apenas cinco atendieron a los criterios de elegibilidad. Los resultados revelaron que el fenómeno es poco estudiado en Brasil, lo que indica que el racismo en la primera infancia está marcado por una invisibilidad social y científica.

Palabras clave: racismo, primera infancia, Brasil, revisión sistemática



Artigo está licenciado sob forma de uma licença
[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

¹ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande, PB, Brasil.

O racismo pode ser reconhecido como uma forma de desumanizar indivíduos em razão de pertencerem a determinados grupos (Lima & França, 2019). Segundo Campos (2017), o fenômeno do racismo está alicerçado em um conjunto de ideias que consideram natural a inferioridade de determinados indivíduos, seja por sua origem ou marcas específicas.

Para Camino et al. (2001), essa suposta subalternidade disseminada pelo racismo manifestou-se durante muito tempo de forma aberta e declarada; no entanto tem passado por transformações. Para os autores, as normas sociais antidiscriminatórias, presentes nas sociedades modernas, fez emergirem manifestações racistas mais sutis e menos evidentes. Entende-se que o racismo atua como uma unidade que naturaliza as diferenças (Lima & França, 2019) e pode ocorrer de forma escancarada e silenciosa, como aponta Nunes (2006), que exemplifica essas manifestações, respectivamente, ora pelos massacres, ora pela forma como alguns grupos sociais são tratados.

Sobre o racismo aplicado à população negra, Almeida (2018) assevera que o fenômeno precisa ser compreendido como um processo político e histórico e constituinte de subjetividades. Fernandes e Souza (2016) referem que o racismo cria significações que preservam as hierarquias sociais e favorecem a associação dos indivíduos às identidades sociais negativas. Assim, o fenômeno deve ser abordado de forma complexa, tendo em vista seu potencial de atingir pessoas em esferas individuais, institucionais e estruturais, bem como produzir efeitos nas trajetórias de vida desde a primeira infância.

Pode-se dizer que a primeira infância é uma importante fase do desenvolvimento humano porque, nesse período, o ser humano se desenvolve de forma mais intensa e acelerada. Entidades internacionais, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2011), por exemplo, reconhecem a primeira infância como o período de desenvolvimento que abrange crianças na faixa etária de zero a seis anos.

Nessa fase, as crianças desenvolvem a lingua-

gem, o pensamento, a memória e a inteligência, e demonstram interesse em criar vínculos afetivos e sociais com a família e com outras crianças (Black et al., 2017). A primeira infância constitui-se, então, como um período marcado por um intenso processo de desenvolvimento físico-motor, linguístico, cognitivo e psicossocial, que precisa ser compreendido tendo em vista o contexto ambiental, histórico e cultural em que ocorre (Dias et al., 2013). Assim, as experiências nessa fase, sejam elas positivas ou negativas, podem afetar a saúde física e mental, o comportamento, a aprendizagem e o desenvolvimento de competências sociais e emocionais das crianças (Young, 2010).

Ainda durante a primeira infância, as crianças desenvolvem a capacidade de se distinguir umas das outras em termos raciais (Cavalleiro, 2014). No entanto, quando esse processo é mediado pelo racismo, as categorizações produzidas se estruturam em hierarquias que reproduzem preconceitos e interferem em seu processo de socialização (Abramowicz & Oliveira, 2012). Assim, de acordo com Rutland et al. (2010), desde a tenra idade, além de princípios morais e de justiça, as crianças expressam preconceito implícito e explícito em relação a outras crianças de diferentes grupos sociais e raciais. Portanto, as crianças, consideradas como sujeitos ativos no ambiente, além de sofrer os impactos do racismo em seu próprio desenvolvimento, também podem reproduzi-lo.

De acordo com Blanchard et al. (2019), o racismo se configura como um importante agente que impacta o desenvolvimento infantil. Ao pesquisar sobre o significado da raça e da etnia nas relações de crianças afro-americanas, os autores afirmam que questões ambientais, contextuais e sociais, como segregação, preconceito, racismo e posição social, afetam o desenvolvimento emocional e social de crianças negras.

Santiago (2020) assinala que as crianças estão inseridas em contextos demarcados por estruturas sociais já existentes, e as produções infantis são afetadas por valores culturalmente disseminados, em que as hierarquias raciais são, por vezes, reproduzidas. Esse tipo de experiência

produz efeitos negativos na identidade racial dos indivíduos e em suas subjetividades (Hesse-Biber et al., 2010).

A partir disso, entende-se que as interações são mediadas pelo ideal de branqueamento, que funciona como marcador corporal da diferença e comumente é instituído como lugar privilegiado (Silva et al., 2018; Barley, 2019). Assim, desde a mais tenra idade, as crianças são expostas a crenças pejorativas sobre a negritude, que influenciam seu processo de socialização (França, 2017).

Para França (2013), a socialização é um processo de aprendizagem contínuo, essencialmente humano, que ocorre no interior dos grupos e em que são transmitidos valores, costumes culturais, crenças e expectativas difundidos por diferentes agentes de socialização, sejam eles a escola, a família, os pares ou os meios de comunicação de massa.

Desde os primeiros anos de vida, no processo de socialização, são transmitidos às crianças os valores de um modelo de sociedade previamente definido, fazendo com que cresçam sob a influência de determinada ordem social. Como fenômeno, a socialização acontece no contexto social, é vivenciada entre gerações e exerce um papel fundamental na manutenção da norma, funcionando como mecanismo de manobra para o ajustamento e a adaptação dos indivíduos aos diferentes contextos (França, 2013). Desse modo, a socialização infantil pode ser pensada como um movimento ativo e bidirecional, que leva em consideração as diferentes interações socialmente construídas e vivenciadas (Santos, 2020).

Nessa perspectiva, nota-se que a problemática racial atravessa o cotidiano das crianças negras e brancas, produzindo processos de socialização diferentes para elas. Essa socialização, iniciada na família e estendida para outros contextos, sofre influência das concepções raciais arraigadas no imaginário social e impacta no processo de subjetivação da criança. Quando um grupo é representado na realidade social como diferente e inferior, como acontece com os negros, os indivíduos pertencentes a esse grupo, principalmente na infância, entram em contato com esses ideais,

que terminam por influenciar a constituição da autoimagem a partir desse ponto de vista subalternizado (Abramowicz & Oliveira, 2012).

Estudos apontam diferentes efeitos negativos provocados pela experiência do racismo na infância. Entre os efeitos, destacam-se comportamentos antissociais e/ou agressivos (Bezerra et al., 2018), problemas afetivos, conflitos identitários, sentimentos recorrentes de inferioridade (Schoolz et al., 2014), autoestima e bem-estar prejudicados, dificuldades socioemocionais, sintomas depressivos e de ansiedade (Heard-Garris et al., 2018). Apesar disso, segundo Sacco et al. (2016), o campo da Psicologia apresenta poucas pesquisas no contexto brasileiro sobre o preconceito racial na infância. De maneira similar, essa invisibilização do tema também é apontada pelo estudo de Kohli et al. (2017), que afirmam que o racismo, sob a perspectiva da criança, não é abordado nas pesquisas do campo da Educação.

Assim, dedicar esforços para pesquisar sobre questões raciais na primeira infância é um movimento que visa não somente apontar ou identificar problemas sociais, como também, sobretudo, encontrar os caminhos para enfrentá-los. Assim, para ampliar as compreensões acerca do racismo e seus desdobramentos na primeira infância no contexto brasileiro, esta pesquisa teve o objetivo de fazer uma revisão sistemática de artigos empíricos que articulam o fenômeno do racismo à primeira infância.

Método

Trata-se de um estudo de revisão sistemática da literatura, que foi conduzido conforme as recomendações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analysis (Prisma) (Moher et al., 2015).

Critérios de elegibilidade

Para identificar os estudos, foram determinados como critérios de inclusão: (a) pesquisas empíricas em formato de artigo científico; (b) artigos revisados por pares; (c) estudos que abordassem exclusivamente a primeira infância, considerada pela faixa etária entre zero e seis anos de idade;

(d) artigos cuja discussão articulasse o racismo, o preconceito e a discriminação racial com a faixa etária estabelecida; e (e) pesquisas realizadas no contexto brasileiro.

Foram adotados como critérios de exclusão: (a) estudos que não atendiam ao formato de artigo científico (ensaios, resenhas, entrevistas, editorial, capítulo de livros, relatórios, teses, dissertações etc.); (b) artigos teóricos, de dados secundários e/ou de revisão sistemática da literatura; (c) artigos que não contemplassem o tema em suas discussões e/ou sem articulação com a faixa etária delimitada (primeira infância); e (d) pesquisas realizadas em outros países.

Busca

A busca foi realizada nas bases de dados Scielo, PubMed, LILACS, IndexPSI, Pepsic, Periódicos Capes e Web of Science. As duas últimas foram acessadas a partir da identificação da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), provida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), que possibilita acesso a uma maior quantidade de artigos, de acesso público e privado.

Para recuperar os artigos, foram utilizados os descritores "racism", "racial prejudice" e "racial discrimination", associados separadamente ao descritor "early childhood". Os termos duplos foram colocados entre aspas para recuperar esses termos agrupados. Foi utilizado o operador booleano AND, cuja função se pauta em relacionar os assuntos e recuperar os termos da pesquisa/busca. Essa etapa ocorreu no período de setembro de 2020 a janeiro de 2021 e restringiu-se à busca por artigos científicos, revisados por pares, no recorte de tempo de 2009 a 2020 e em qualquer idioma. Os termos de busca em todas as bases pesquisadas estavam no idioma inglês, uma vez que essa estratégia ampliaria os resultados.

Seleção dos estudos

Os estudos foram selecionados em três etapas por dois pesquisadores de forma independente. As concordâncias e as discrepâncias foram resolvidas por consenso e por intermédio de um

terceiro avaliador, do início ao fim do processo. A primeira etapa consistiu em identificar estudos em duplicidade. Na segunda etapa, após a leitura dos títulos, resumos e métodos, os pesquisadores se concentraram em identificar o tipo de estudo – como artigos empíricos, revisões sistemáticas, estudos de caso, ensaios, relatórios, entre outros –, os participantes e o contexto geográfico dos estudos. Quando a leitura desses elementos não era suficiente para determinar a inclusão do artigo, ele era lido na íntegra para confirmar sua elegibilidade. Na terceira etapa, os pesquisadores filtraram apenas os resultados do contexto brasileiro para uma leitura completa e análise detalhada dos artigos.

Extração de dados

Para extrair os dados, foi utilizado o editor de planilhas eletrônicas Excel, e as informações foram organizadas para posterior análise. De cada artigo, foram coletadas as seguintes informações: autor, ano de publicação, lugar (contexto) onde a pesquisa foi realizada, área de estudo, revista científica em que o artigo foi publicado e tipo de estudo (empírico, teórico ou de revisão). Em seguida, foram extraídas as informações referentes ao objetivo, método, participantes e resultados do estudo.

Risco de viés

A avaliação do risco de viés dos estudos incluídos foi realizada de forma independente por dois pesquisadores, que usaram um instrumento desenvolvido pelo National Institute for Health and Care Excellence (NICE), que avalia a qualidade dos estudos qualitativos. Trata-se de um *checklist* com 14 itens, que é organizado em seis categorias: abordagem teórica, design do estudo, coleta de dados, confiabilidade, análise e questões éticas (NICE, 2012).

Resultados

Os resultados da busca, a partir dos critérios de elegibilidade estabelecidos, somaram 4.010 publicações, distribuídas da seguinte forma: Pe-

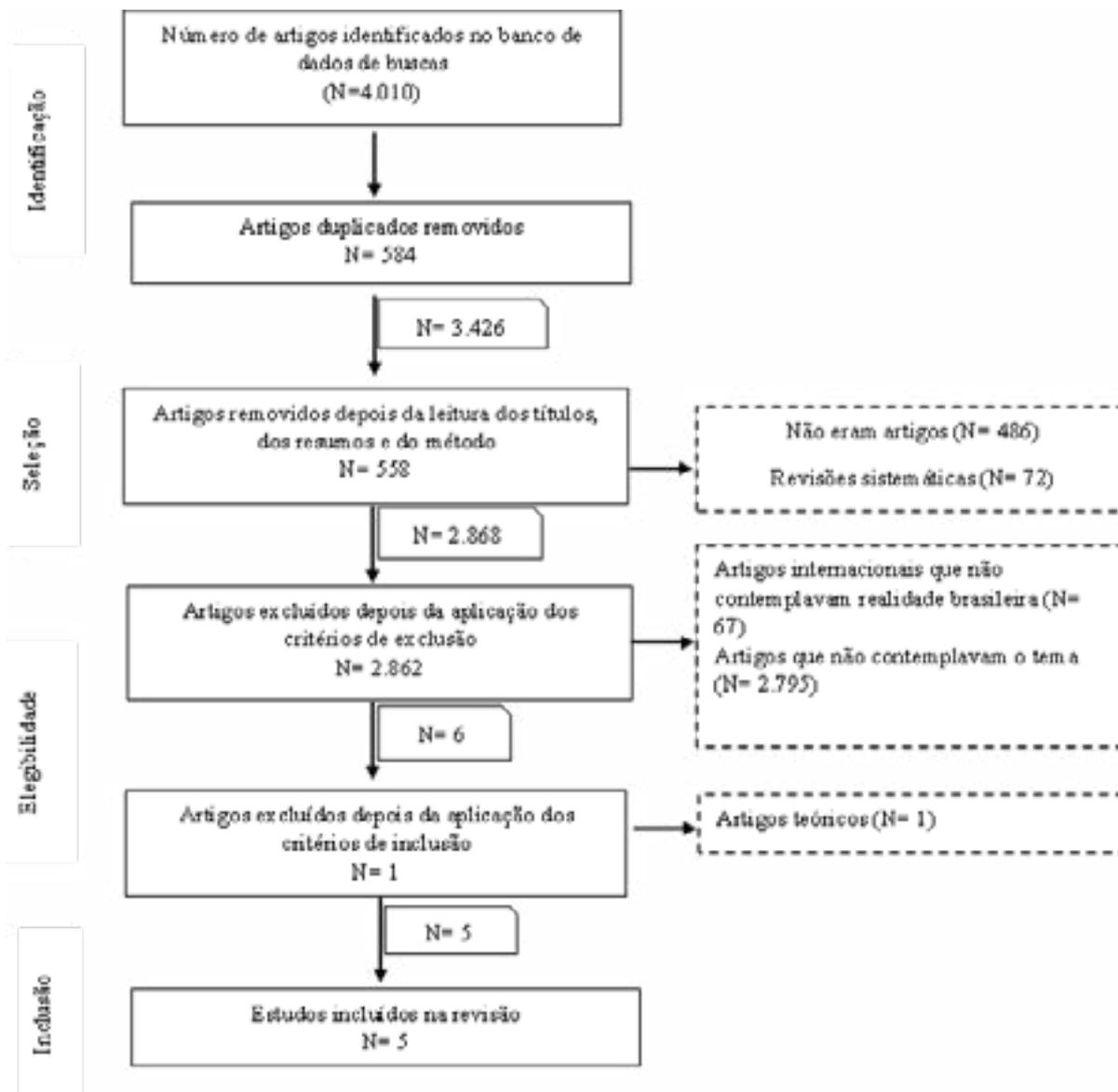
riódicos CAPES, 3.898 artigos; Web of Science, 81 artigos; PubMed, 25 artigos; e SciELO, 6 artigos. Nas plataformas Lilacs, IndexPSI e Pepsic, não foram encontrados resultados.

A partir dos critérios de exclusão aplicados, os artigos foram eliminados pelas seguintes razões: 584, por causa da duplicidade entre as bases; 72, por se tratar de outros artigos de revisão sistemática; 486, por não atenderem ao formato de artigo científico empírico; 67, por serem de pesquisas realizadas em contexto internacional, a maioria delas dos Estados Unidos; e 2.795, por não contemplarem o tema, principalmente por

falta de articulação entre o fenômeno do racismo e a faixa etária da primeira infância.

Depois de se aplicarem os critérios de elegibilidade, foram selecionados seis artigos para a revisão. No entanto, nesta última etapa, um deles foi excluído por não atender ao critério de pesquisa empírica, já que era um estudo teórico que descrevia, a partir de uma revisão integrativa, as estratégias de enfrentamento do racismo na escola, abordado pela área de Psicologia no Brasil (Carvalho & França, 2019). Assim, no final, foram selecionados cinco artigos para revisão, conforme indicado na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da busca



Características dos estudos

Para considerar a realização de uma análise crítica e abrangente dos artigos empíricos, foram

extraídos dos cinco estudos incluídos na revisão, alguns de seus componentes estruturais, como mostra o esquema da Tabela 1.

Tabela 1 – Características dos estudos incluídos

Autor/Ano / Local	Revista	Participantes	Objetivos	Resultados
Santiago, (2015) / São Paulo	<i>Educação em revista</i>	Crianças de 3 anos de idade e professores	Compreender a construção das culturas infantis a partir do processo de racialização.	Crianças negras experimentam, por meio da prática pedagógica assumida pelos professores, relações mediadas pelo racismo.
Souza & Dinis, (2018) / Bahia	<i>Laplage Em Revista</i>	47 crianças e 9 professoras	Analisar os discursos produzidos pelas crianças e pelas professoras sobre relações étnico-raciais.	Percebem-se preconceitos raciais internalizados e disseminados nos discursos e na prática dos profissionais.
Marques & Dornelles, (2019) / Rio Grande do Sul	<i>Revista Portuguesa de Educação</i>	Professoras e gestoras	Verificar se e como as culturas africanas são apresentadas às crianças de 0-3 anos.	A maioria dos profissionais desconhecem as DCNEI, negam problemas raciais e a rotina, e os espaços da escola são vazios de materiais didáticos e imagens de pessoas negras.
Santiago, (2020) / São Paulo	<i>Educação em revista</i>	62 crianças de 0 a 3 anos e suas professoras	Explorar as intersecções entre as relações de gênero, idade e classe social no processo de racialização de crianças.	Verificou-se que as crianças reproduzem hierarquias de gênero e raça, bem como lógicas sexistas e racistas nas práticas pedagógicas.
Camilo, Moura, Pimentel, Noriega & Cavalcanti (2020) / Paraíba	<i>Revista CES Psicologia</i>	99 crianças	Replicar um experimento social sobre preferência racial (Clark & Clark, 1947) para verificar se seus resultados se repetem.	Os resultados apontaram para um alto índice de preconceito de cor em crianças no ambiente escolar, confirmando os resultados iniciais do estudo de origem.

De acordo com os resultados, apenas Santiago (2015, 2020) apresenta mais de um artigo que aborda o tema estudado. A maioria dos autores tem formação em Programas de Pós-graduação em universidades brasileiras, localizadas nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste.

A busca abrange um recorte temporal de 12 anos (2009-2020). Durante esse período, houve um intervalo de seis anos até a publicação do primeiro estudo incluído na revisão, datado de 2015. Os outros estudos, publicados em 2018, 2019 e 2020, estão próximos entre si, mas distantes em relação ao primeiro. Quanto ao local

onde as pesquisas foram realizadas, houve uma repetição em relação ao estado de São Paulo; os demais estados citados (São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraíba) apresentaram apenas um estudo cada.

Das cinco pesquisas incluídas na revisão, quatro pertencem ao campo da Educação e uma à Psicologia. Três estudos da área de Educação foram publicados nas seguintes revistas de circulação internacional da área de Educação: *Educação em Revista/UFMG* (Santiago, 2015, 2020) e *Revista Portuguesa de Educação/UM* (Marques & Dornelles, 2019). O quarto estudo da área,

realizado por Souza e Dinis (2018), foi publicado na revista nacional *Laplage em Revista*, vinculada ao Laboratório de Estudos e Pesquisas Estado, Políticas, Planejamento, Avaliação e Gestão da Educação da UFSCAR-Campus Sorocaba/SP. O estudo da área de Psicologia foi publicado na *Revista CES Psicologia/Colombia*, também de circulação internacional (Camilo et al., 2020).

As cinco pesquisas incluídas tiveram os objetivos de: compreender a influência do processo de racialização na construção das culturas infantis, levando em consideração as relações interseccionais de raça, classe e gênero do Brasil (Santiago, 2015, 2020); analisar os discursos produzidos pelas crianças e pelas professoras, bem como discutir sobre a relação de saber-poder existente nesses discursos (Souza & Dinis, 2018); investigar o modo como as culturas africanas são apresentadas às crianças, com base no Art. 7º, inciso V, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (Marques & Dornelles, 2019); e verificar a preferência racial de crianças (Camilo et al., 2020).

Todos os estudos são de abordagem qualitativa e foram realizados em instituições de Educação Infantil. Os estudos de Santiago (2015, 2020), desenvolvidos na cidade de Campinas, SP, têm como amostra crianças de zero a três anos e suas respectivas professoras. Ambos utilizam o método etnográfico, com observação, diário de campo e entrevistas como instrumento, e interpretam os resultados por meio da análise de conteúdo.

Já a pesquisa de Souza e Dinis (2018) foi realizada com grupos focais de 47 crianças e nove professoras de uma instituição da Bahia. Utilizou como material de estímulo painéis, gravuras e fotos que remetem às diferenças étnico-raciais, e os discursos produzidos foram analisados. No estudo de Marques e Dornelles (2019), o trabalho ocorreu com base em observações, registradas por fotografia e diário de campo e entrevistas com professoras e gestoras de uma escola de Porto Alegre, RS. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

O último estudo envolveu 99 crianças, com

idades entre quatro e seis anos, todas alunas de instituições de Educação Infantil pública e privada da cidade de Alagoa Grande, localizada no interior da Paraíba. Como material e instrumento, foram utilizadas quatro bonecas de pano (de ambos os sexos e cores/raças) e uma ficha de respostas. Os dados foram catalogados e analisados por estatística descritiva (Camilo et al., 2020).

Os resultados das pesquisas sugerem que a questão racial é um importante mediador das relações sociais e raciais na infância (Barley, 2019). Os estudos desenvolvidos por Santiago (2015, 2020) apontam que preconceitos raciais são reproduzidos nas instituições e que as crianças negras desses espaços experimentam, por meio das práticas pedagógicas assumidas pelos professores, relações mediadas por racismo e sexismo. A pesquisa de Souza e Dinis (2018) indica, com base nos discursos produzidos pelas professoras, que existe preconceito racial internalizado e disseminado em suas falas e sua in experiência em relação à questão racial. Quanto aos resultados do estudo de Marques e Dornelles (2019), eles revelaram que os espaços escolares não apresentam materiais didáticos e imagens de negros afirmativamente representadas. Por fim, Camilo et al. (2020), a partir da replicação de um estudo da década de 1950, evidenciaram um alto índice de preconceito racial entre crianças, demonstrando resultados semelhantes ao do estudo original, mesmo passados 50 anos.

Risco de viés dos estudos selecionados

O risco de viés dos estudos selecionados foi analisado usando-se o *checklist* de avaliação de qualidade de estudos qualitativos NICE (2012), que é organizado em seis categorias de análise: (a) *abordagem teórica*, que traz questões referentes à adequação qualitativa do problema de pesquisa, seus objetivos e pressupostos; (b) *design do estudo*, que avalia a coerência das escolhas metodológicas; (c) *coleta dos dados*, que aborda os métodos e a execução da coleta; (d) *confiabilidade*, que analisa a performance do pesquisador, o contexto e os instrumentos de coleta; (e) *análise*, que aborda o rigor adotado pelos

pesquisadores no tratamento, na organização, na apresentação, na síntese e nas conclusões dos dados coletados; e as (f) *questões éticas* relacionados à pesquisa.

De acordo com os critérios de avaliação estabelecidos pela ferramenta NICE (2012), dois dos estudos (Souza & Dinis, 2018; Santiago, 2015) apresentaram boa qualidade na avaliação, mas demonstraram fragilidades nos domínios de confiabilidade e questões éticas. Isso ocorreu porque os estudos não explicitaram o contexto das pesquisas, como o local, o número de participantes e sua proporção por raça/cor, sejam eles crianças e/ou professores. Quanto às questões éticas, são citadas precauções com a garantia de anonimato dos participantes, no entanto, informações sobre consentimento ou aprovação por um comitê de ética não estão explícitas no relato dos estudos. Apesar dessa avaliação, eles indicam pontos fortes, sobretudo, no domínio que versa sobre a coleta e a análise dos dados. Os estudos trazem percepções sensíveis dos fenômenos observados, que são integradas com muitos detalhes às análises realizadas, tendo como resultado uma elevada coerência interna, alinhada aos objetivos traçados.

Já os estudos de Marques e Dornelles (2019), Santiago (2020) e Camilo, et al. (2020) receberam avaliação positiva em todos os domínios analisados como de alta qualidade e baixo risco de viés, pois atenderam a todos os critérios propostos pela ferramenta. Os relatos dos autores apresentam informações essenciais sobre a coleta dos dados, o contexto da pesquisa, a análise dos resultados e as questões éticas claramente descritas.

Discussão

Conforme apresentado, apenas cinco estudos compuseram o corpus final deste trabalho de revisão sistemática. Esse número sinaliza a quantidade de estudos empíricos no cenário nacional que abordam o racismo na primeira infância, considerada, neste estudo, como a faixa etária entre zero e seis anos (UNICEF, 2011).

A análise da formação e vinculação acadêmica

dos autores, bem como das revistas em que os estudos foram publicados, revela que o tema é abordado, principalmente, na área da Educação. Esse dado reflete a importância da área em seu compromisso social com a formação, pois é um campo implicado socialmente e enfrenta questões sociais, culturais e políticas cuja discussão atravessa as relações no campo educativo (Meidl, 2019; Blanchard et al., 2018).

Nessa mesma direção, outros campos teóricos, como a Psicologia ou a Sociologia, também poderiam abordar o fenômeno em questão. Esses campos têm demonstrado interesse e diferentes contribuições, tanto em relação às teorias, como a Teoria do Julgamento Moral ou da Identidade Social, quanto a fenômenos socialmente experimentados, como preconceito, discriminação e relações intergrupais étnicos/raciais (Carlos & Melo, 2020; Silva & França, 2020). Contudo, apenas um dos cinco artigos recuperados é da área de Psicologia, o que pode indicar que tanto essa área quanto a Sociologia têm se dedicado a compreender o fenômeno em outras faixas etárias.

Ao analisar o período temporal de 2009 a 2020, percebeu-se uma produção científica tímida de estudos que articulam questões raciais na primeira infância. O primeiro artigo incluído nesta revisão data de 2015, e nos dois anos seguintes, não houve publicação sobre o tema. Já a partir de 2018, pelo menos um artigo foi publicado por ano, sendo que, em 2020, foram publicados dois artigos. Tal fato pode indicar uma tendência recente do interesse acadêmico pelo tema. Já em relação ao contexto em que foram realizadas, com exceção do estado de São Paulo, que apresentou dois estudos, os demais estados ou apresentaram um ou nenhum estudo, o que indica que, no Brasil, a vivência do racismo na primeira infância, em diferentes estados, nunca foi pesquisada empiricamente.

Das cinco pesquisas analisadas, três trouxeram as próprias crianças como participantes ou protagonistas dos estudos. Embora o número expresse maioria, levando em consideração o número final de artigos revisados, Santiago (2015)

adverte para a falta de oportunidade dada às crianças de serem ouvidas nas pedagogias e nas pesquisas em Educação. Essa conduta, segundo Coutinho (2016), pode fomentar um movimento de marginalização das crianças nas pesquisas, por não as considerar sujeitos de fala e de prática efetiva. Os resultados desta revisão apontam para o que Zucchi et al. (2010) afirmam sobre a explícita dificuldade de abordar temas como racismo na infância, com as próprias crianças, em pesquisas científicas.

Nas análises dos estudos, constataram-se dois grandes eixos na literatura científica que contribuem para que se compreenda o fenômeno do racismo na primeira infância: seu negacionismo, sobretudo na primeira infância, e como isso repercute na ausência de representatividade dos negros nos espaços de socialização escolar (Santiago, 2015, 2020; Marques & Dorneles, 2019; Souza & Dinis, 2018); e uma concordância dos estudos sobre o caminho para superar o silêncio sobre questões raciais na infância: investir em formação continuada e antirracista para toda a comunidade escolar, em especial, professores e gestores (Santiago, 2015, 2020; Marques & Dorneles, 2019; Souza & Dinis, 2018; Camilo et al., 2020).

Os estudos selecionados registram e pontuam a importância da escola para a formação e o desenvolvimento dos indivíduos, mas também ressaltam sua postura desinteressada sobre temáticas raciais. Marques e Dornelles (2019), especificamente, salientam que professores e gestores da Educação Infantil negam a existência de preconceito racial nesses espaços. Essa noção é justificada pelas participantes do estudo pelo que Garlen (2018) denomina de mito social da inocência infantil, que consiste no ato de desconsiderar a capacidade da criança de perceber e de reproduzir racismo em suas relações.

Nos estudos analisados, o ambiente da Educação Infantil é reconhecido como um importante mediador do processo de socialização na infância. Segundo Camilo, et al. (2020), é nesse espaço que a criança tem seus primeiros contatos com a diversidade cultural, de raça e de gênero. Entretanto, Marques e Dornelles (2019) observam

e ressaltam que, nesse contexto, há silêncios e vazios, expressos, sobretudo, na falta de referências e representatividades positivas de culturas africanas e afro-brasileiras. Comumente, o que se percebe são imagens associadas aos negros de cunho negativo, estruturadas por discursos baseados na lógica do branqueamento racial, que inferiorizam a estética, a inteligência e o caráter dos negros (Santiago, 2015, 2020; Souza & Dinis, 2018).

De acordo com Nighaoui (2017), os estereótipos negativos referentes à negritude são disseminados desde a primeira infância. Segundo o autor, o discurso produzido na cultura comumente associa "preto" e "escuro" a imagens negativas, o que pode ser assimilado pela criança, validado pela prática social e estendido para outros âmbitos que envolvem relações. Esse entendimento é demonstrado na pesquisa de Camilo et al. (2020), que analisam a preferência racial de crianças com idades entre quatro e seis anos. Os resultados mostraram que crianças, nessa faixa etária, percebem categorias raciais diferenciadas, e tanto as brancas como as negras, neste estudo, preferem a cor branca, frequentemente associada a aspectos positivos, como "boas" e "legais", enquanto o que é "mal" ou "ruim" associa-se à cor negra.

Barley (2019) assevera que a cor de pele e o discurso a ela atribuído ocupam um lugar nas interações infantis, com potencial de oferecer às crianças valores desiguais socialmente compartilhados sobre a diversidade étnica. Esse efeito é discutido por Santiago (2015), que analisa como, no Brasil, a violência nas relações raciais repercute na construção das culturas infantis. O estudo relata experiências em que crianças negras de três anos são discriminadas por outros colegas da mesma faixa etária por causa da cor de sua pele ou da textura do cabelo, já entendidas de forma depreciativa. Essas associações de negros a aspectos negativos baseiam-se em narrativas hegemônicas herdadas do colonialismo, que resistem ao tempo e prejudicam a construção da identidade individual e grupal (Santiago, 2020). Embora exista um crescente debate acerca des-

sas questões, fomentadas por marcos legais, os espaços que se abrem para se discutir sobre discriminação, preconceito racial e diversidade ainda são poucos (Fernandes & Souza, 2016).

As pesquisas também abordam o papel das instituições e dos professores nas relações étnico-raciais vivenciadas pelas crianças, onde, muitas vezes, a prática docente dissemina discursos racistas, seja pela não representação dos negros ou pela omissão nas atitudes preconceituosas (Santiago, 2015, 2020; Marques & Dorneles, 2019; Souza & Dinis, 2018; Camilo et al., 2020). Tal conduta, ao ser ignorada ou sequer nomeada, autoriza práticas sociais excludentes, inspiradas pela ideia da inocência infantil (Garlen, 2018).

Nos Estados Unidos, um estudo realizado com 76 mães negras sobre a crença do papel da raça na escolaridade de seus filhos, prestes a ingressar no jardim de infância, mostrou que 67% das participantes demonstraram preocupação com a discriminação racial que seus filhos enfrentarão no contexto escolar (Williams et al., 2017). O resultado indica que, embora existam outros contextos socializadores, como a própria família, o contexto escolar é de fundamental importância nessa compreensão, pois é entendido como o principal ambiente de exibição pública das crianças e potencialmente capaz de perpetuar o racismo estrutural presente na sociedade (Costa et al., 2020).

Nessa perspectiva, os desfechos oferecidos pelos cinco estudos apostam na formação continuada de professores e gestores para uma educação antirracista, pensada de forma a contemplar a diversidade cultural, social e étnico-racial presentes na sociedade. Tal estratégia, conforme indicado com mais precisão por Marques e Dornelles (2019), possibilitaria às crianças cidadania, respeito e direitos, sobretudo o direito de pertencimento grupal e identitário. Para Souza e Dinis (2018), os docentes precisam estar preparados para posicionamentos criticamente comprometidos em situações e atitudes discriminatórias e preconceituosas. Esse caminho, para as crianças, além de desmistificar lugares, padrões e caminhos sociais determinados pelo

racismo, amplia os saberes e os repertórios sobre a diversidade étnico-racial (Santiago, 2020). Para os professores, uma perspectiva antirracista oferece a oportunidade de conscientização sobre a importância de seu trabalho na construção de práticas comprometidas com a promoção da equidade racial e uma sociedade embasada em valores de justiça e diversidade (Camilo et al., 2020).

Escayg (2020), ao pesquisar sobre como professores de Trinidad abordavam as questões raciais, concluiu que eles não se engajaram na socialização racial explícita nem desenvolviam uma pedagogia antirracista. Ademais, apontou que a compreensão sobre raça e sua relevância para a prática docente aparentaram se associar às relações raciais específicas do contexto. Assim, entende-se que tais achados corroboram os resultados das pesquisas analisadas. Tais achados e reflexões indicam, como afirmam Flynn et al. (2018), que é necessário encontrar caminhos compromissados com o desenvolvimento de uma alfabetização racial nas escolas, desde a Educação Infantil, cuja abrangência perpassa professores e alunos.

Os estudos reiteram que crescer, em uma sociedade estruturada por opressões, relações de poder, desigualdades e racismo, produz efeitos nas relações construídas e estabelecidas entre os sujeitos, que, em suas vivências, absorvem valores, atitudes e papéis compartilhados socialmente e se apropriam deles. Assim, é preciso apresentar outras narrativas, com o objetivo de fomentar valores pluralistas e da diversidade que levem em consideração ações compromissadas politicamente que visem proteger a criança, dar-lhe segurança, afeto, aprendizado e cuidado em seu desenvolvimento (Black et al., 2017).

Desde a primeira infância, a raça é um importante marcador social, de onde advêm conflitos que interferem na construção das identidades e das subjetividades (Cruz, 2014). Compreende-se que o tema em questão, sob a ótica dos cinco estudos analisados, passa por atravessamentos de ordem social, política e cultural, com efeitos no desenvolvimento infantil, na prática peda-

gógica da Educação Infantil, nos contextos de socialização e na construção da subjetividade das crianças.

Considerações finais

A partir dos resultados obtidos neste estudo de revisão sistemática, foi possível constatar que o número de pesquisas empíricas que articulam o fenômeno do racismo à primeira infância no contexto científico brasileiro é reduzido. Contudo, essa constatação não certifica a inexistência do fenômeno. Os estudos analisados concordam que as socializações na faixa etária de zero a seis anos já são mediadas pelo racismo, que é refletido tanto no comportamento das crianças quanto nas práticas, nos discursos, nos espaços e nos contextos que as circundam.

Pode-se afirmar que o estudo do tema foi apropriado, ainda que de forma tímida, pelo campo da Educação, o qual privilegia nas pesquisas questões sobre a formação e a prática dos professores para questões raciais. Portanto, é necessário ampliar a produção científica em pesquisas futuras que explorem a escuta de diferentes atores sociais, sejam as próprias crianças, suas famílias ou a comunidade, bem como outros campos epistemológicos e delineamentos distintos de pesquisa, com abordagens interdisciplinares e que possibilitem a utilização de métodos variados.

Embora a pesquisa apresente resultados significativos, no que diz respeito aos objetivos traçados, algumas limitações podem ser apontadas, sem que sua relevância seja comprometida. Foram priorizadas as principais bases de dados para selecionar os estudos, com foco em qualidade e acessibilidade, mas se reconhece a existência de outras bases e de outros descritores e tipos de estudo que possam abordar o fenômeno, como livros, teses, dissertações, entre outros, desconsiderados nesta análise por delimitações metodológicas. Além disso, o termo de busca utilizado – “racismo” – mostrou-se abrangente e igualmente específico, visto que o racismo, entendido como um fenômeno amplo, frequentemente aparece nas discussões dos estudos de

forma transversal e interseccionada.

Pensar na infância desarticulada do meio social que a constitui pode legitimar a invisibilidade dada às questões que a atravessam, desresponsabilizar os agentes envolvidos e contribuir para a manutenção de lógicas opressoras, como o racismo. Essas constatações indicam que o tema é delicado e que se deve, com urgência, explorá-lo como um fenômeno legítimo, ativo e real. Revelam o silêncio sobre questões raciais na infância e ressaltam a importância de produzir pesquisas sobre o assunto. Isso permitirá realizar intervenções direcionadas a desconstruir o racismo e a superar as desigualdades que ele provoca, de modo a construir uma sociedade alicerçada em valores de justiça social e equidade étnico-racial desde a primeira infância.

Referências

- Abramowitz, A., & Oliveira, F. (2012). As relações étnico-raciais e a sociologia da infância no Brasil: alguns aportes. In M. A. S. Bento (Org.), *Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos e conceituais* (pp. 47-64). Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades - CEERT.
- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Barley, R. (2019). Exploring young children's gendered discourses about skin colour. *Ethnography and Education, 14*(4) 465-481. <https://doi.org/10.1080/17457823.2018.1485112>
- Bezerra, D. S., Santos, F. O. P., & Fernandes, S. C. S. (2018). Relações entre julgamento moral, racismo e empatia em crianças. *Cadernos de Pesquisa, 48*(170), 1130-1147. <https://doi.org/10.1590/10.1590/198053145156>
- Black, M. M., Walker, S. P., Fernald, L., Andersen, C. T., Di Girolamo, A. M., Lu, C., McCoy, D. C., Fink, G., Shawar, Y. R., Shiffman, J., Devercelli, A. E., Wodon, Q. T., Vargas-Barón, E., Grantham-McGregor, S., & Lancet Early Childhood Development Series Steering Committee (2017). Early childhood development coming of age: science through the life course. *Lancet, 389*(10064), 77-90. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(16\)31389-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(16)31389-7)
- Blanchard, S. B., Coard, S. I., Hardin, B. J., & Mereoiu, M. (2019). Use of parental racial socialization with african american toddler boys. *Journal of Child & Family Studies, 28*(2), 387-400. <https://doi.org/10.1007/s10826-018-1274-2>

- Blanchard, S. B., King, E., Van Schagen, A., Scott, M. R., Crosby, D., & Beasley, J. (2018). Diversity, inclusion, equity, and social justice: how antibias content and self-reflection support early childhood preservice teacher consciousness. *Journal of Early Childhood Teacher Education*, 39(4), 346-363. <https://doi.org/10.1080/10901027.2017.1408722>
- Camilo, N. D., Moura, B. G., Pimentel, C. E., Noriega, J. A. V., & Cavalcanti, J. G. (2020). Preconceito racial entre crianças da educação infantil: revisitando Clark & Clark (1947). *Rev. CES Psico*, 13(2), 32-45. <http://dx.doi.org/10.21615/cesp.13.2.3>
- Camino, L., Silva, P., Machado, A. & Pereira, C. (2001). A face oculta do racismo no Brasil: uma análise psicossociológica. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 13-36. Recuperado de <https://abpsicologiapolitica.files.wordpress.com/2019/06/revista-psicologia-politica-v1n1.pdf>
- Campos, L. A. (2017). Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista brasileira de ciências sociais*, 32(95), 1-19. <https://doi.org/10.17666/329507/2017>
- Carlos, J., & Melo, M. (2020). Preconceito racial em crianças: identificação e pertença grupal. *Psicologia*, 34(2), 57-74. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i2.1385>
- Carvalho, D., & França, D. (2019). Estratégias de enfrentamento do racismo na escola: uma revisão integrativa. *Educação & Formação*, 4(3), 148-168. <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.974>
- Cavalleiro, E. S. (2014). *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil* (6. ed.). Contexto.
- Costa, A. F. S., Edmundo, O. J. C., & Moreira, M. I. C. (2020). Afeto e comum: enfrentamento do racismo por crianças e jovens quilombolas no contexto escolar. *Revista Psicologia Política*, 20(49), 627-640. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000300013&lng=pt&lng=pt
- Coutinho, A. S. (2016). Os novos estudos sociais da infância e a pesquisa com crianças bem pequenas. *Educativa*, 19(1), 762-773. <http://dx.doi.org/10.18224/educ.v19i3.5426>
- Cruz, T. M. (2014). Espaço escolar e discriminação: significados de gênero e raça entre crianças. *Educação em Revista*, 30(1), 157-188. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982014000100007>
- Dias, I. S., Correia, S., & Marcelino, P. (2013). Desenvolvimento na primeira infância: características valorizadas pelos futuros educadores de infância. *Revista Eletrônica de Educação*, 7(3), 9-24. <http://dx.doi.org/10.14244/19827199483>
- Escayg, K. (2020). 'We don't teach race here': race-silenced pedagogies of Trinidadian preschool teachers. *Early Child Development and Care*, 190(8), 1233-1241. <https://doi.org/10.1080/03004430.2018.1527326>
- Fernandes, V. B., & Souza, M. C. C. C. (2016). Identidade negra entre exclusão e liberdade. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* (63), 103-120. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i63p103-120>
- Flynn, J. E., Worden, L. J., & Rolón-Dow, R. (2018). The responsibilities of white teacher candidates and teacher educators in developing racial literacy. *Multicultural Perspectives*, 20(4), 240-246. <https://doi.org/10.1080/15210960.2018.1527156>
- França, D. X. (2013). A socialização e as relações interétnicas. In L. Camino, A. R. R. Torres, M. E. O. Lima & M. E. Pereira (Orgs.), *Psicologia social: temas e teorias* (pp. 541-587). Tecknopólitik.
- França, D. X. (2017). Discriminação de crianças negras na escola. *Interações* (45), 151-171. <https://doi.org/10.25755/int.0476>
- Garlen, J. C. (2018). Interrogating innocence: "childhood" as exclusionary social practice. *Childhood*, 26(1), 54-67. <https://doi.org/10.1177/0907568218811484>
- Heard-Garris, N. J., Cale, M., Camaj, L., Hamati, M. C., & Dominguez, T. P. (2018). Transmitting trauma: a systematic review of vicarious racism and child health. *Social Science & Medicine*, 199, 230-240. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2017.04.018>
- Hesse-Biber, S., Livingstone, S., Ramirez, D., Barko, E. B., & Johnson, A. L. (2010). Racial identity and body image among black female college students attending predominately white colleges. *Sex Roles*, 63, 697-711. <https://doi.org/10.1007/s11199-010-9862-7>
- Kohli, R., Pizarro, M., & Nevárez, A. (2017). The "New Racism" of K-12 Schools: centering critical research on racism. *Review of Research in Education*, 41, 182-202. <https://doi.org/10.3102/0091732X16686949>
- Lima, M. E. O., & França, D. X. (2019). *Trajetórias de pesquisa sobre preconceito e relações intergrupais no Brasil*. Editora UFS.
- Marques, C. M., & Dornelles, L. V. (2019). O mito da ausência de preconceito racial na educação infantil no Brasil. *Revista Portuguesa de Educação*, 32(1), 91-107. <https://doi.org/10.21814/rpe.12270>
- Meidl, C. (2019). Challenges to recruiting black males into early childhood education. *Urban Education*, 54(4), 564-591. <https://doi.org/10.1177/0042085918789745>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., Altman, D.G. & The Prisma Group (2015). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: the PRISMA statement. *Epidemiol. Serv. Saúde*, 24(2), 335-342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Nighaoui, S. C. (2017). The color of post-ethnicity: the civic ideology and the persistence of anti-black racism. *Journal of Gender, Race and Justice*, 20(2), 358-379. <https://racism.org/articles/race/62-defining-racial-groups/africans-and-african-descendants/1919-the-color-of-post-ethnicity-the-civic-ideology-and-the-persistence-of-anti-black-racism>
- Nunes, S. S. (2006). Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, 17(1), 89-98. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>

Rutland, A., Killen, M., & Abrams, D. (2010). A new social-cognitive developmental perspective on prejudice: the interplay between morality and group identity. *Perspectives on Psychological Science*, 5(3), 279-291. <https://doi.org/10.1177/1745691610369468>

Sacco, A. M., Couto, M. C. P. P., & Koller, S. H. (2016). Revisão sistemática de estudos da psicologia brasileira sobre preconceito racial. *Temas em Psicologia*, 24(1), 233-250. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2016.1-16>

Santiago, F. (2015). Gritos sem palavras: resistências das crianças pequenininhas negras frente ao racismo. *Educação em Revista*, 31(2), 129-153. <https://doi.org/10.1590/0102-4698132765>

Santiago, F. (2020). "Não é nenê, ela é preta": educação infantil e pensamento interseccional. *Educação em Revista*, 36, 1-25. <https://doi.org/10.1590/0102-4698220090>

Santos, S. V. S. (2020). A socialização e a educação infantil – um ensaio. *Eccos - Revista Científica*, 52, 1-18. <https://doi.org/10.5585/eccos.n52.10621>

Schoolz, D. C. S., Silveira, M. I. C. M., & Silveira, P. R. (2014). As práticas racistas no espaço escolar: a influência na saúde mental das crianças negras. *Identidade!*, 19(2), 61-74. <https://www.nupad.medicina.ufmg.br/arquivos/acervo-cehmob/artigos/As-praticas-racistas-no-es-paco-escolar2014.pdf>

Silva, T. R., Dias, A. A., & Amorim, A. L. N. (2018). O currículo para a primeira infância e identidade racial da criança negra. *Nuances: estudos sobre Educação*, 29(2), 243-260. <https://doi.org/10.32930/nuances.v29i2.5157>

Silva, K., & Franca, D. (2020). Contribuições da abordagem sócio-normativa para o estudo do preconceito racial na infância. *Psicologia*, 34(2), 1-14. <https://doi.org/10.17575/psicologia.v34i2.1233>

Souza, E. Q., & Dinis, N. F. (2018). Formação docente, relações étnico-raciais e educação infantil. *Laplage Em Revista*, 4, 38-54. <https://doi.org/10.24115/S2446-622020184especial584p.38-54>

UNICEF. (2011). Guia para a elaboração de planos municipais pela primeira infância / Rede Nacional Primeira Infância. <http://primeirainfancia.org.br/wp-content/uploads/2012/06/GuiaPMPI.pdf>

U. K. National Institute for Health and Care Excellence. (2012). *Methods for the development of NICE public health guidance* (3. ed.). NICE.

Williams, A. D., Banerjee, M., Lozada Smith, F., Lambouths, D., & Rowley, S. J. (2017). Black mothers' perceptions of the role of race in children's education. *Journal of Marriage and Family*, 79(4), 932-946. <https://doi.org/10.1111/jomf.12410>

Young, M. E. (2010). Introdução e visão geral. In M. E. Young (Org.), M. Lopes (Trad.), *Do desenvolvimento da primeira infância ao desenvolvimento humano: investindo no futuro de nossas crianças* (pp. 1-24). Fundação Maria Cecília Souto Vidigal.

Zucchi, E. M., Barros, C. R. S., Paiva, V. S. F., & Júnior, I. F. (2010). Estigma e discriminação vividos na escola por crianças e jovens órfãos por Aids. *Educação e Pesquisa*, 36(3), 719-734. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022010000300005>

Jefferson Andrade Silva

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Campina Grande, PB, Brasil; graduação em Psicologia pela mesma instituição. Professor e coordenador adjunto da área de Saúde e Humanas na Faculdade Internacional da Paraíba (FPB), em João Pessoa, PB, Brasil.

Dalila Castelliano de Vasconcelos

PhD em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil. Professora do Mestrado Acadêmico em Educação e da Unidade Acadêmica de Educação da Universidade Federal da Campina Grande (UFCG), em Campina Grande, PB, Brasil.

Deborah Dornellas Ramos

Doutora em Psicologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB), em João Pessoa, PB, Brasil. Professora do Centro de Educação e Saúde (CES)/ Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), em Cuité, PB, Brasil.

Endereço para correspondência

Jefferson Andrade Silva

Universidade Federal de Campina Grande

Programa de Pós-Graduação em Educação

R. Aprígio Veloso, 882, Bloco BC – Centro Humanidades, sala 203

B. Universitário, 58429-900

Campina Grande, PB, Brasil

Os textos deste artigo foram revisados pela SK Revisões Acadêmicas e submetidos para validação do(s) autor(es) antes da publicação.